

POLÍTICAS EDUCACIONAIS E JUVENTUDE: UM ESTUDO SOBRE EXPERIÊNCIAS JUVENIS

Dilmar Kistemacher^{1*}

RESUMO

Neste trabalho apresentamos um recorte da pesquisa no campo das Políticas educacionais voltadas à elevação da escolaridade da juventude brasileira. A pesquisa apresenta a experiência e os sentidos que jovens beneficiários do ProJovem urbano, ENEM e PROUNI, enquanto programas que fazem parte de Políticas Públicas para o campo da Educação e para a juventude. O texto apresenta um estudo sobre a experiência e os sentidos atribuídos pelos jovens a suas trajetórias de formação. A análise do material, que compõe o corpus de análise, permitiu conhecer diversos os sentidos que jovens leopoldenses atribuíram à sua experiência na convergência de Políticas sociais contemporâneas.

Palavras-chave: Educação. Juventudes. Políticas Públicas.

ABSTRACT

EDUCATIONAL POLITICS AND YOUTH: A STUDY ABOUT YOUTH EXPERIENCES

In this paper it is presented a cutting of the field research on educational politics turned towards the growing of the Brazilian youth's schooling. The field research presents the experience and the meanings which young beneficiaries of the ProJovem Urbano (Urban Proyoung), ENEM and PROUNI, while programmes which take part of public politics pointed to the education and towards the youth. The text presents a study on the experience and the feelings attributed by the young peoples to their building paths. The analysis of the material which composes the *corpus* of analysis permitted to know the several meanings which Leopoldense youths attributed to their experience in the convergence of up-to date social politics.

¹ Mestre e Doutor em Educação/UNISINOS. Professor efetivo da UFMA – Codó. E-mail: dkistenacher@gmail.com

Keywords: Education. Youths. Public Politics.

INTRODUÇÃO

No Brasil as Políticas Públicas têm passado progressivamente a contemplar segmentos da sociedade que se encontravam à margem das ações do Estado, como a juventude. A Política para a juventude – influenciada pela conjuntura internacional – ensejou o estabelecimento ações e de programas com vistas à elevação do nível de escolaridade e de qualificação dos jovens para o ingresso no mundo do trabalho.

A implementação de Políticas está relacionada à conjuntura sócio-política do país e traz consigo as contradições de seu tempo histórico. Outrossim, não é objeto de interesse deste texto trazer uma digressão histórica e analítica das desigualdades sociais e das políticas implementadas ao longo da história do país. Antes, buscamos assinalar a execução de Políticas Públicas voltadas à elevação da escolaridade da juventude brasileira. Interessou-nos, na pesquisa realizada, pôr em cena programas que fazem parte de Políticas contemporâneas. Partimos do princípio de que as Políticas estão inseridas não somente no contexto de afirmação dos direitos humanos, com vistas à equidade e à justiça social, mas, também, inseridas nos marcos regulatórios da reforma do papel do Estado e de afirmação do Neoliberalismo, enquanto modelo econômico hegemônico. Nesse cenário, complexo e contraditório, estudamos a experiência de jovens que foram beneficiários de Políticas Públicas.

O texto expressa parte da pesquisa (desenvolvida em nível de doutoramento em Educação) sobre Políticas educacionais voltadas à juventude brasileira, a saber, a experiência de jovens que cursaram o Programa Nacional de Inclusão de Jovens – ProJovem Urbano (PJU) no município de São Leopoldo (RS), no período que se estende de 2009 a 2010. O Programa, uma das ações que compõe a Política da juventude, foi analisado na sua relação com outras Políticas Públicas. Na pesquisa articulamos o ProJovem Urbano (PJU) com o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) e o Programa Universidade para Todos (PROUNI), formando uma espécie de “mosaico”, que contribuiu para (re)conhecer os sentidos que os jovens atribuíram à sua experiência enquanto beneficiários dessas Políticas.

O ProJovem Urbano não foi tomado como uma Política Pública isolada de sua conjuntura mais ampla, mas compreendido a partir do contexto de afirmação de políticas que convergiram em suas finalidades. Esta escolha permitiu uma análise mais ampla dos sentidos que os jovens atribuíram às suas experiências. Nessa direção, Janete

Pesquisa em Foco, São Luís, vol. 21, n. 2, p. 41-60. 2016. ISSN: 2176-0136.

Lins Azevedo afirma que, “[...]a política educacional parte de uma totalidade maior, deve-se pensá-la sempre em sua articulação com o planejamento mais global que a sociedade constrói como seu projeto e que se realiza por meio da ação do Estado” (AZEVEDO, 1997, p. 60).

Conforme Azevedo, as Políticas Públicas estão relacionadas com o planejamento mais global que uma sociedade elabora e que se efetivam por intermédio da ação do Estado. Quanto ao papel do Estado - imbuído da realização do interesse público geral da nação - Ele constitui todos os indivíduos como cidadãos, ou seja, todas as pessoas são portadoras de direitos, sendo a cidadania a base da relação entre o cidadão e o Estado. A cidadania, por sua vez, pode ser garantida via Políticas Públicas, especialmente no que se refere às Políticas sociais.

Para o desenvolvimento do estudo escolhemos, no âmbito da pesquisa qualitativa, a História Oral e a Pesquisa Documental. O corpus de análise compreende os documentos legais dos Programas e as entrevistas. Para o tratamento dos dados optamos pela Análise de Conteúdo. Compreender os sentidos dos discursos implica em analisar os textos em seu contexto. Reconhecer que os mesmos são portadores de concepções, ideias, princípios e valores, portanto, produtos de sua época. Os discursos são produzidos a partir de um conjunto complexo de representações sociais, de interesses sociais e de contradições políticas e culturais.

O estabelecimento de políticas, via programas, evidencia não só a conjuntura social de seu tempo, mas, também, a opção por parte do governo sobre a gestão do campo social. Nessa direção, o ProJovem Urbano de São Leopoldo, como parte de uma política pública para a juventude, foi considerado à luz do contexto histórico e político de criação e implementação de outras políticas. Nesse sentido, Stephen Ball afirma que as “[...] políticas colocam problemas para seus sujeitos, problemas que precisam ser resolvidos no contexto” (BALL, 2011, p. 45).

ESTADO, POLÍTICAS PÚBLICAS E SOCIEDADE

Em sua análise sobre as pesquisas das Ciências humanas, mais precisamente no campo da Educação, Stephen Ball afirma que

[...] O desenvolvimento epistemológico nas ciências humanas, como a educação, funciona politicamente e é intimamente imbricado no gerenciamento prático dos problemas sociais e políticos. O

Pesquisa em Foco, São Luís, vol. 21, n. 2, p. 41-60. 2016. ISSN: 2176-0136.

vocabulário específico deve distanciar os pesquisadores de sua atividade, mas, simultaneamente, também constrói um olhar “fixo” que torna a “paisagem social” sempre mais visível. A ideia de que as ciências humanas, como os estudos educacionais, permaneçam fora ou acima da agenda política de gerenciamento da população ou, de algum modo, também tenham status neutro incorporado a um racionalismo progressivo flutuante é pensamento débil e perigoso (BALL, 2011, p. 33-34).

Podemos dizer, de modo amplo e generalizado, que as Políticas Públicas são o Estado em ação e que esta não se reduz simplesmente à burocracia estatal. As Políticas efetivam-se por intermédio da formulação e da implantação de ações, de projetos e de programas voltados ao atendimento de determinados setores e de determinadas populações da sociedade.

As discussões sobre as ações do Estado ou sobre Ele em ação implicam em assumir que ao conceito se apresentam diversas formulações e, também, debates acerca da compreensão que as sociedades modernas tomam para si. Nessa direção, Norberto Bobbio afirma que duas dimensões são fundamentais para estudar o papel do Estado, a saber, a história das instituições políticas e a história das doutrinas políticas que foram sendo desenvolvidas ao longo da história das sociedades e, lembra ele que os estudos sobre Estado encontraram lugar na modernidade.

Ora, isso não significa dizer que o Estado exerça um poder irrestrito sobre a sociedade. O poder do Estado está inscrito em limites que o autor denomina de limites de validade temporal e limite de validade material (BOBBIO, 1987). Assim, podemos dizer que o Estado surge num dado contexto, e se estabelece por meio de um ordenamento das relações sociais, no momento em que se dá a passagem do “estado de natureza” para o “estado civil” ou político, por meio de um contrato social firmado entre os indivíduos.

Consideramos importante destacar que as Políticas sociais, em especial, precisam ser analisadas no âmbito da conjuntura mais ampla da sociedade, ou seja: estudá-las nos marcos da afirmação do modelo de desenvolvimento econômico neoliberal e globalizado, marcado pela lógica da competitividade e da produtividade. A lógica dominante, oriunda do mercado e do modelo econômico, apresenta implicações para o campo social, seja na otimização dos recursos financeiros empregados, seja na eficiência das ações políticas. Nessa direção, Janete Maria Lins Azevedo registra que

Pesquisa em Foco, São Luís, vol. 21, n. 2, p. 41-60. 2016. ISSN: 2176-0136.

[...] deve-se ter presente que o processo pelo qual se define e se implementa uma política não se descarta do universo simbólico e cultural próprio da sociedade em que tem curso, articulando-se, também, às características do seu sistema de dominação e, portanto, ao modo como se processa a articulação dos interesses sociais neste contexto” (AZEVEDO, 1997, p. 67).

Conforme observa Azevedo, as Políticas são definidas e implementadas num determinado contexto social e histórico, portanto não são neutras. Elas traduzem a conjuntura cultural de seu tempo e, em alguma medida, são condicionadas pelos interesses que disputam o cenário político dominante. Partindo dessa perspectiva, lembramos que alguns pesquisadores das áreas sociais destacam que as Políticas Públicas contemporâneas são afetadas pelo processo de Globalização econômica e cultural vigentes, em nível global e local.

Analisando os processos de globalização e os movimentos de resistências e de questionamentos, Boaventura de Souza Santos destaca que

[...] atendendo a que a exclusão social é sempre produto de relações de poder desiguais, estas iniciativas, movimentos e lutas são animados por um ethos redistributivo no sentido mais amplo da expressão, o qual implica a redistribuição de recursos materiais, sociais, políticos, culturais e simbólicos e, como tal, se baseia, simultaneamente, no princípio da igualdade e no princípio do reconhecimento da diferença [...] (SANTOS, 2009, p. 42).

Os discursos do campo econômico afirmam que o modelo neoliberal favorece a construção de uma sociedade mais democrática. Democrática porque ela é composta por indivíduos convencionalmente considerados iguais. Contudo, tal concepção acaba por desconsiderar as diferenças sociais e culturais e, ainda, as relações assimétricas de poder presentes na sociedade. O acesso aos melhores postos de trabalho está condicionado à formação escolar e à qualificação profissional. Contudo, a qualificação não se efetiva de modo igualitário para todos. Em sua análise sobre a questão social no Brasil Vera da Silva Telles afirma que *“ao mostrar que sem a mediação dos direitos (e das políticas sociais), o mercado de trabalho no limite não se constitui já que devorado pelas contradições da dinâmica capitalista”* (TELLES, 1996, p. 88).

A disjunção que se apresenta na Contemporaneidade entre a lógica do mercado e a dinâmica social aponta para uma reflexão acerca do papel do Estado, especialmente pela conjuntura decorrente das transformações no mundo produtivo, científico e

Pesquisa em Foco, São Luís, vol. 21, n. 2, p. 41-60. 2016. ISSN: 2176-0136.

tecnológico e, portanto, das relações de trabalho e da crise do desemprego que se apresenta na sociedade contemporânea.

POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A EDUCAÇÃO E PARA A JUVENTUDE BRASILEIRA

Ponderar sobre as Políticas juvenis implica em explorar o conceito de juventude. Primeiramente, cabe destacar que o conceito de juventude é polissêmico. Ele adquiriu distintos sentidos ao longo da História e está relacionado às conjunturas sociais, econômicas e culturais de cada época. Em segundo, a discussão sobre juventude como questão social desenvolveu-se no mundo moderno. Nesse sentido, duas abordagens conceituais sobre os jovens destacaram-se. Uma tomava a juventude como um “problema”, ou seja: associava os jovens à delinquência, ao comportamento de risco e ao consumo de drogas. Essa compreensão da condição juvenil demandava a adoção de ações e de medidas públicas para o enfrentamento desse problema social; a outra, por sua vez, concebia a juventude como uma fase transitória, isto é, a passagem da adolescência para a vida adulta. Essa perspectiva exigia um esforço coletivo, especialmente da família e da escola, para preparar o jovem para ser um adulto socialmente ajustado e produtivo. Essa abordagem enfatizava a ideia de socialização. Portanto, a transição para a vida adulta seria marcada por etapas de incorporação gradual de comportamentos socioculturais dos adultos, como exemplo, o de trabalhador e de ser chefe de família, em especial para a juventude masculina.

Posteriormente, a juventude ganhou o *status* de ator estratégico para o desenvolvimento econômico e social. Cabe destacar que os organismos multilaterais e as agências internacionais, especialmente posteriores ao ano de 1985 - declarado o Ano da Juventude pela UNESCO, contribuíram para a afirmação de novas representações sobre a juventude. No estudo realizado pelo Instituto de Pesquisa Economia Aplicada - IPEA, sobre a juventude, Jorge Abrahão de Castro e Luseni Aquino afirmam que

[...] o aproveitamento do bônus demográfico tem sido ameaçado por outro fenômeno em escala mundial mais ou menos simultâneo: a “crise do emprego”, que abateu as economias desenvolvidas na década de 1980 e atingiu o Brasil nos anos 1990, ameaçando a incorporação ao mercado de trabalho de grandes contingentes de jovens saídos da escola (CASTRO, AQUINO, 2008, p. 10).

Pesquisa em Foco, São Luís, vol. 21, n. 2, p. 41-60. 2016. ISSN: 2176-0136.

A conjuntura complexa e contraditória contribuiu para promover duas situações para os jovens: de um lado, os jovens de origem social mais abastada passaram a adiar o seu ingresso no mundo produtivo e investiram na sua formação educacional e profissional com vistas à uma melhor posição no mercado; e, de outro, os jovens menos abastados foram impelidos a trabalhar mais cedo para ajudar a família, ocupando postos de trabalho informal e de baixa remuneração. Em ambos os casos acabaram por retardar a sua independência, ocorrendo um prolongamento da juventude. Contudo, não só a inserção no mundo produtivo tem acirrado e o prolongamento da juventude, outros fatores socioculturais e comportamentais, tais como sexualidade, nupcialidade e arranjo familiar, contribuem para esta situação.

Na pesquisa sobre Juventude e política social, Jorge Abrahão de Castro e Luseni Aquino afirmam que

O Brasil, por exemplo, apresenta um quadro alarmante em relação à concretização de direitos humanos de parcela expressiva de sua juventude. Segundo informações da PNAD de 2006, a população brasileira de jovens entre 18 a 29 anos alcança 40,0 milhões, representando cerca de 20,0% da população total. Destes, 9,7 milhões viviam em famílias com renda familiar per capita de até ½ SM; 12,5 milhões não tinham sequer concluído o ensino fundamental; 4,2 milhões estavam desocupados; e 1,4 milhão eram analfabetos (CASTRO; AQUINO, 2008, p. 138).

Os dados apresentados pelos autores evidenciam não só o número alarmante de jovens com pouca escolaridade ou não alfabetizados, mas, também, a situação de desemprego e de baixa renda dos jovens e de suas famílias. Esse cenário tornou imperativo o estabelecimento de Políticas Públicas para enfrentar o problema histórico do analfabetismo no país.

O estabelecimento de políticas para o segmento jovem está inserido no processo de reconhecimento do potencial juvenil para o desenvolvimento das sociedades. Além disso, a juventude ganhou espaço na agenda pública na medida em que passou a ser vista como um problema de natureza política em detrimento de uma visão como uma etapa de mudança biológica e sociocultural. Analisando a política nacional para a juventude, Marília Pontes Sposito e Paulo César Rodrigues Carrano destacam que

É também preciso considerar que as decisões envolvendo a implementação de políticas são amplamente produto de conflitos em torno do destino de recursos e de bens públicos limitados, ocupando

Pesquisa em Foco, São Luís, vol. 21, n. 2, p. 41-60. 2016. ISSN: 2176-0136.

um espectro amplo de negociações e de formação de consenso, mesmo que provisórios (SPOSITO; CARRANO, 2003, p. 18).

Nesta direção, Miguel Abad, em seu estudo sobre as políticas para a juventude na América Latina, divide a história das Políticas para a juventude em quatro momentos. O primeiro deles esteve voltado à ampliação e à universalização da educação e ao uso do tempo livre dos jovens, no período que se estende dos anos de 1950 a 1980; no segundo, as Políticas adotaram um caráter de controle social dos setores juvenis mobilizados, compreendendo os anos de 1970 a 1985; no terceiro, as ações e os programas políticos estiveram voltados ao enfrentamento da pobreza e à prevenção do delito, estendendo-se de 1985 a 2000; e o quarto, com uma política destinada à inserção laboral de jovens excluídos, compreende os anos 1990 e 2000 (ABAD, 2002).

É importante registrar que diversos movimentos internacionais contribuíram para o debate das Políticas para a juventude, como, por exemplo, a primeira Conferência Mundial de Ministros Responsáveis pelos Jovens, no ano de 1998, que resultou na *Declaração de Lisboa* sobre a Juventude e também o Fórum Mundial de Juventude do Sistema das Nações Unidas, que deu origem à elaboração do *Plano de Ação de Braga*. Nesse último, os países comprometeram-se em apoiar o intercâmbio de práticas para subsidiar a elaboração, a execução e avaliação de políticas para a juventude.

No Brasil, as ações e os programas para a juventude, ao longo da História mostraram-se fragmentas e frágeis. Elas passaram por transformações no âmbito do Estado. Analisando os anos de 1990, Marília Pontes Sposito e Paulo César Rodrigues Carrano, afirmam,

No final da década, os indicadores sobre o desemprego juvenil e a acentuação dos processos de precarização social fomentam a necessidade de políticas de inclusão (tanto assistenciais como de promoção para um patamar diferencial de integração na sociedade) em uma crise da ação de um Estado que durante toda a década de 1990 e o início do novo século viveu a hegemonia das políticas neoliberais (SPOSITO, CARRANO, 2003, p. 30).

A análise realizada pelos pesquisadores coloca em evidência a concepção política e cultural que predominou no país por um longo período da história nacional, a de saneamento da pobreza e a de coibir o quadro de violência existente na sociedade. Se, historicamente, as políticas estiveram mais direcionadas para amenizar os problemas

Pesquisa em Foco, São Luís, vol. 21, n. 2, p. 41-60. 2016. ISSN: 2176-0136.

causados pela pobreza, podemos inferir que houve a ausência de Políticas voltadas ao enfrentamento das desigualdades sociais, econômicas e culturais, entre outras, geradas no âmbito da sociedade e, não menos importante, ausências de ações que pudessem garantir uma educação de qualidade para os jovens.

O reconhecimento gradual da singularidade da juventude como parte do direito universal à cidadania é atravessado pelas contradições e negociações que concorrem na esfera política e evidencia o papel que o Estado vai assumindo na afirmação dos direitos histórica e socialmente construídos pela sociedade. Portanto, em alguma medida, o ProJovem Urbano representa o anseio de diferentes movimentos políticos, sociais e culturais que reivindicam, historicamente, a garantia dos direitos de grupos que tiveram as suas necessidades negadas política e culturalmente no país, como a juventude.

O Programa Nacional de Inclusão de Jovens: Educação, Qualificação e Ação Comunitária – ProJovem, criado no ano de 2005, é parte da Política para a juventude. Ele foi caracterizado como um programa emergencial e experimental. O ProJovem visava a inserção social de jovens por intermédio da Conclusão do Ensino Fundamental e acesso ao Ensino Médio. Apresentou uma proposta curricular inovadora, em que articulou o Ensino Fundamental, a formação profissional e a ação comunitária. No mesmo ano de implementação do ProJovem foi criada a Secretaria Nacional de Juventude - SNJ e o Conselho Nacional de Juventude – CNJ.

No ano de 2007, foi criado, pelo Governo nacional, o *Grupo de Trabalho Juventude – GT Juventude*, que reunia representantes da Secretaria Geral da Presidência da República, da Casa Civil e dos Ministérios da Educação, do Desenvolvimento Social, do Trabalho e Emprego, da Cultura, do Esporte e do Planejamento. O GT Juventude, com base na experiência acumulada nos dois anos do ProJovem, articulando as noções de oportunidades e de direitos para a população jovem, apresentou o *ProJovem Integrado*, um programa amplo e diversificado para a inclusão social da juventude brasileira. O ProJovem Integrado compreendeu quatro modalidades, a saber, o ProJovem Adolescente, o ProJovem Campo, o ProJovem Trabalhador e o ProJovem Urbano. Esse último, objeto de estudo neste trabalho. Conforme o Projeto Pedagógico Integrado – PPI,

ProJovem Urbano, que tem como finalidade elevar o grau de escolaridade visando ao desenvolvimento humano e ao exercício da cidadania, por meio da conclusão do ensino fundamental, de

Pesquisa em Foco, São Luís, vol. 21, n. 2, p. 41-60. 2016. ISSN: 2176-0136.

qualificação profissional e do desenvolvimento de experiências de participação cidadã. Constitui uma reformulação do ProJovem – Programa Nacional de Inclusão de Jovens (PPI, 2008, p. 14).

O ProJovem Urbano, como parte da Política para a escolarização da juventude, em nossos estudos foi relacionado à Política de avaliação da educação. Esta, por sua vez, inscreve-se no contexto das mudanças políticas e socioeconômicas e, também, como uma resposta à Conferência Mundial de Educação para Todos (Tailândia, 1990), atendendo a uma convocação da UNESCO, UNICEF, PNUD e do Banco Mundial. Nessa conferência, foi firmada a *Declaração Mundial: Educação para Todos*, que declara: “[...] a educação fundamental como prioridade da década” e estabelece, no art. 3º, a urgência em “melhorar a qualidade da educação” e, associada a ela, no art. 4º, “a necessidade de implementar sistemas de avaliação do desempenho dos alunos”. Essa conjuntura sócio-política acabou por asseverar, no Brasil, a institucionalização da política de avaliação da Educação de larga escala.

No âmbito da Política de avaliação foi criado no ano de 1998 o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM). Ele teve por objetivos avaliar o desempenho do estudante ao terminar a Educação Básica, levantar dados sobre a qualidade do ensino e, também, servir de subsídio para formulação de políticas para o setor. A partir do ano 2009², o ENEM, para além dos objetivos expressos, passou a emitir a Certificação de Conclusão do Ensino Médio, desde que o avaliado atendesse às exigências de pontuação. E, ainda, servindo como base para o ingresso no Ensino Superior, ampliando as oportunidades de acesso a este nível de ensino.

A Política de certificação com base nos resultados do ENEM destina-se às pessoas que não concluíram o Ensino Médio em idade própria. A certificação é extensiva às pessoas privadas de liberdade e, ainda, aos jovens em cumprimento de medidas socioeducativas ou que se encontram fora do sistema escolar. Cabe destacar que, até o ano de 2008, o Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos (ENCCEJA) era a prova responsável para avaliar as pessoas adultas que desejavam obter um certificado de conclusão do Ensino Médio.

O Programa Universidade para Todos – PROUNI, como parte da Política de acesso ao ensino superior, foi instituído pelo Governo Federal ano de 2005. Ele concede

² Foi dito que esses(s) exames(s) busca(m) imitar o SAT, americano, o Abitur (alemão) e o Baccalauriat (francês), sem, contudo, a experiência centenária destes.

Pesquisa em Foco, São Luís, vol. 21, n. 2, p. 41-60. 2016. ISSN: 2176-0136.

bolsas de estudos integrais e parciais para estudantes de cursos de graduação e sequenciais de formação específica, em instituições privadas de ensino superior com ou sem fins lucrativos. A concessão das bolsas está condicionada ao cumprimento de realizar e ter êxito no ENEM. Entre outras regulamentações previstas em Lei, O PROUNI determina que as bolsas sejam concedidas a brasileiros não portadores de diploma de curso superior, cuja renda familiar mensal per capita não exceda o valor de até 1 (um) salário-mínimo e 1/2 (meio).

Desde a sua implementação o PROUNI, enquanto parte da Política de acesso ao Ensino Superior, tem sido motivo de debates e críticas quanto à sua eficácia. As críticas apontam, entre outras questões que ele acaba por legitimar a manutenção das instituições privadas de ensino, em detrimento da ampliação do ensino público e gratuito, em especial as universidades públicas.

POLÍTICAS PÚBLICAS CONVERGENTES: SENTIDOS PARA A JUVENTUDE

As experiências de jovens leopoldenses, beneficiários das Políticas apresentadas, representa uma análise dos sentidos construídos sobre Políticas contemporâneas. O estudo foi realizado no município de São Leopoldo, Estado do Rio Grande do Sul. São Leopoldo faz parte da região do Vale do Rio dos Sinos e está localizado na região metropolitana de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul. A história do município está relacionada à história da imigração alemã no Brasil (1824). A cidade apresentou um considerável aumento populacional nos anos de 1970 por ocasião do crescimento industrial e pela oferta de emprego e, também, em função do êxodo rural que o estado vivenciou à época.

Segundo dados disponibilizados no site oficial do município, São Leopoldo conta com uma população de 214.087 habitantes e uma taxa de urbanização de 99,7% contra 0,30% na área rural, conforme o Censo de 2010. No que se refere à educação leopoldense, à época da implementação do ProJovem Urbano, a rede municipal de ensino público era composta por 35 escolas de Ensino Fundamental e contava com cerca de 22 mil alunos. Desses, 1.700 matriculados na modalidade da Educação de Jovens e Adultos (EJA) (LANZONI; KISTEMACHER, 2012, p. 68).

Todos os jovens que concluíram com êxito o ProJovem Urbano no ano de 2010 foram motivados pela equipe local, coordenação e educadores, a realizarem o Exame

Pesquisa em Foco, São Luís, vol. 21, n. 2, p. 41-60. 2016. ISSN: 2176-0136.

Nacional do Ensino – ENEM. Assim, foram inscritos no referido exame cerca de 380 jovens. Cinquenta deles alcançaram a pontuação mínima para obter a Certificação de Proficiência na área que teve desempenho satisfatório conforme regulamentação, o que favoreceu a matrícula no Ensino Médio somente nas disciplinas em que o jovem não apresentou proficiência. Onze jovens atingiram a pontuação mínima em todas as áreas de conhecimento avaliadas e obtiveram a Certificação de Conclusão do Ensino Médio. Esses, a partir de suas notas, inscreveram-se no Programa Universidade para Todos – PROUNI, sendo que três conseguiram ingressar no Ensino Superior com bolsas de estudos.

Os três jovens, que concluíram com sucesso o ProJovem Urbano, foram certificados com a Conclusão do Ensino Fundamental e, por intermédio do Exame Nacional do Ensino, obtiveram a Certificação de Conclusão do Ensino Médio, conquistando uma vaga no Ensino Superior com bolsa do Programa Universidade para Todos. Constituem o corpus de estudo e análise deste trabalho.

A experiência dos jovens no ProJovem Urbano se desenvolveu num conjunto de condições socioculturais que foram comuns a todos, mas os sentidos atribuídos à sua experiência são individuais. Nessa direção, optamos por não construir categorias prévias. Adotamos como referência o roteiro de entrevista semiestruturada. No roteiro, apresentamos questões relacionadas à história de vida, à experiência no ProJovem Urbano, à experiência de sucesso no Exame Nacional do Ensino Médio e o ingresso no Ensino Superior, com bolsa do Programa Universidade para Todos.

Paulo, João e Kelly são os jovens leopoldenses que compartilharam suas vivências e experiências. Paulo tem 27 anos de idade, é casado e tem dois filhos. Trabalha como técnico de pedidos numa empresa da região metropolitana de Porto Alegre. João, 31 anos, é casado e trabalha como cabelereiro e Kelly, 34 anos, é casada e tem duas filhas. Ela trabalha como técnica no desenvolvimento infantil numa escola de Educação infantil privada. Ambos residem no município de São Leopoldo.

As palavras de Paulo são ilustrativas no que se refere à sua experiência no ProJovem Urbano

“E hoje, a minha vida saiu de um ponto e eu consegui enxergar outros caminhos pela trilha certa e, sem ficar me preocupando se eu vou ter de aceitar aquilo que é errado, as pessoas têm de fazer por onde e não ficar esperando porque não é todo dia que aparece um ProJovem Urbano na vida da gente e, graças a Deus, na minha apareceu e foi de muita utilidade mesmo” (Paulo).

Pesquisa em Foco, São Luís, vol. 21, n. 2, p. 41-60. 2016. ISSN: 2176-0136.

Para Paulo o Programa representou uma mudança de perspectiva de vida e enfatiza que o Programa lhe foi de grande utilidade, teve um significado pragmático. Ao falar sobre a sua história de vida, conforme solicitado na entrevista, Paulo, assim como outros tantos jovens brasileiros, lembra que deixou a escola para trabalhar e ajudar em casa. Em suas palavras:

“Quando eu era mais novo vivia com muita dificuldade. Eu estudei até sétima série e até a sétima eu fui perfeito, não rodei não, e nem nada, só que daí comecei a trabalhar porque começou as necessidades (...) Daí eu desaminei, daí eu larguei a escola e só fui trabalhar” (Paulo).

Na fala de Paulo, percebemos as marcas negativas que a evasão escolar imputou à sua vida pessoal e profissional, seja pela baixa escolaridade, seja pela falta de qualificação profissional para o mundo do trabalho, restando-lhe apenas a sua experiência em “descascar ovos”. A formação escolar de Kelly também foi interrompida. A história de evasão escolar de Paulo, João, Kelly e de muitos outros jovens não é aleatória: ela resulta de um processo social marcado por desigualdades que se encontram arraigadas na história do país. Essa situação evidencia a falta de maior investimentos para o atendimento da situação juvenil no país. Nessa direção, Jorge Abrahão de Castro e Luseni Aquino afirmam que

Nesse sentido, é preocupante a falta de investimento na juventude evidenciada por fenômenos como as altas taxas de evasão escolar, as escassas oportunidades no mundo do trabalho, os índices alarmantes de vitimização letal juvenil, ou a dinâmica de reprodução de desigualdades centenárias entre as novas gerações, sugerindo que o país não está tirando o melhor proveito do bônus demográfico que a sua “onda jovem” possibilita (CASTRO; AQUINO, 2008, p. 31)

Conforme expresso pelos autores, a falta de investimentos, seja na juventude, seja na Educação, tem um impacto negativo sobre a escolarização brasileira. Além disso, a escassez de oportunidades no mundo do trabalho contribui para a manutenção dos altos índices de evasão escolar em todo o território nacional.

Kelly, ao falar sobre a sua experiência no ProJovem Urbano, lembrou que

“Depois eu conheci o ProJovem, eu me inscrevi e comecei a estudar até quase desisti daí (breve silêncio) vieram os professores até a minha casa e me incentivaram a voltar, daí voltei e me formei (...) (Kelly).

Pesquisa em Foco, São Luís, vol. 21, n. 2, p. 41-60. 2016. ISSN: 2176-0136.

Conforme nos relatou Kelly, ela chegou a desistir do Programa, mas a visita e o incentivo que recebeu por parte dos professores foi fundamental para retornar e concluir o Programa. Os entrevistados convergem quanto ao papel dos educadores do ProJovem Urbano. Eles destacaram, em especial, o compromisso dos professores com o ensino e a aprendizagem dos alunos, além do incentivo constante que os professores lhes deram para que permanecessem estudando. Os educadores de Educação Básica, além de serem professores de seu componente curricular, exerciam o papel de Professor Orientador de uma turma, com a carga horária de quatro horas semanais. Acreditamos que essa prática representa um aspecto importante da proposta do Programa.

Seguindo a entrevista, perguntamos como foi concluir o ProJovem Urbano e como eles percebiam o sucesso no Enem, com a aprovação em todas as disciplinas avaliadas. Respondendo à questão, Kelly afirmou:

“Claro, tem o meu esforço e acho, acho não, tenho certeza foi a ajuda dos professores porque não foi uma aulinha qualquer, porque senão eu não teria aprendido e não teria concluído o Ensino Médio tudo vai da inteligência (...) não da inteligência, mas da vontade do aluno, porque tiveram uns que não conseguiram (passar). eu acho que tem o interesse de ter estudado e a ajuda que dos professores, eles passavam para nós estudarmos isso, aquilo” (Kelly).

As palavras de Kelly são emblemáticas no que se refere ao sucesso, tanto pela conclusão do Programa quanto pela aprovação no Enem, ou seja: o esforço pessoal, o compromisso com os estudos, o acompanhamento dos educadores, e lembra-se do cotidiano escolar, no qual prevaleceu o esforço pessoal e, além disso, da coletividade existente em sala de aula. Com base em sua fala, perguntei como havia sido a experiência com Exame Nacional do Ensino Médio, ao que Kelly expressou:

“Quando terminei o ProJovem Urbano então eu fiz o ENEM, passei e daí eu ganhei uma bolsa para Pedagogia. Assim, fiz o ENEM daí a gente ficou selecionando os cursos e (me inscrevi) em duas vagas para Pedagogia a distância e fui chamada pra estudar numa Universidade (o curso de) Pedagogia e fiz a matrícula. E segui estudando, só parei ano passado por falta de tempo mesmo e decepção de não ter conseguido concluir, mas vou voltar de novo” (Kelly).

Paulo, ao falar de sua experiência no Enem, lembrou:

“No fim do Programa os responsáveis da escola ofereceram para alunos pra se inscreverem no Enem, (...) um professor disse pra mim: lê bem as perguntas, duas, três vezes, e eu fiz isso; só que não tinha tempo de fazer

Pesquisa em Foco, São Luís, vol. 21, n. 2, p. 41-60. 2016. ISSN: 2176-0136.

isso na segunda prova, só lia as questões e respondia no gabarito(...)
(Paulo).

João, respondendo à questão de como foi a sua decisão de fazer o Enem e como foi esta experiência, expressou-se assim:

“Foi assim, nós estávamos estudando e os professores falaram do Enem, daí eu pensei, já que estou no caminho então decidi vou me inscrever (...) os professores nos incentivaram a se inscrever e daí foi tudo junto, foi bom pra nós. Eu fiz a inscrição e nem acreditei que passei no Enem (...) foi numa época bem conturbada, o meu pai estava doente e dois meses depois ele acabou falecendo (...) mas, no meio tudo aquilo tinha uma coisa boa, os estudos, porque eu consegui passar no Enem” (João).

A aprovação no Enem teve um significado especial para Kelly, João e Paulo. Eles reconheceram a importância da Educação não somente para a vida profissional, mas, também, pessoal. João afirmou que a sua aprovação no Enem significou um motivo de orgulho e de superação pessoal, ou seja: de chegar a uma conquista que acreditava não conseguir. Podemos constatar que a conquista dos certificados de conclusão do Ensino Fundamental e do Ensino o Médio, por intermédio do ProJovem Urbano e do ENEM, respectivamente, foi emblemática para esses jovens, pois ela representou a possibilidade de crescimento pessoal e profissional. Isso ficou evidente na fala de Paulo:

“Então isso eu devo lá trás, esse processo todo e hoje eu analiso a minha vida como me (perguntaram) dentro do PJU, “o que foi os teus últimos cinco anos“? Bah, eu pensei fiquei descascando ovos, limpando galinheiro, ajudando a minha mãe a fazer faxina, daí o professor perguntou, o que tu espera para os próximos cinco anos? é a mesma coisa? Aquilo ali me fez pensar muito (...) eu quero ser alguém. Quero ter meu canto, quero ter um veículo, ter uma família, fazer um lar decente, dar uma vida que eu não tive pro meu filho e hoje graças a deus eu consigo, estou galgando os meus objetivos devagarinho. (Paulo).

Na fala de Paulo, percebemos que os programas (PJU, ENEM E PROUNI) foram fundamentais não somente para a elevação de sua escolaridade e para a conquista de um emprego melhor, mas também significou a construção de um projeto de vida.

Em relação ao Ensino Superior com bolsa do Programa Universidade para Todos, foi perguntado aos jovens o que representou essa conquista. Entre surpresas, alegrias e desafios, Kelly lembrou:

Pesquisa em Foco, São Luís, vol. 21, n. 2, p. 41-60. 2016. ISSN: 2176-0136.

“Eu estava dentro do mercado quando recebi a notícia e sai pulando no mercado todo mundo me olhando, achando que eu estava louca, eu fiquei feliz da vida, quando soube que ia entrar pra uma universidade (...) até então eu achava que o ProUni era mais ou menos uma escolha, assim aleatória. Achei que não era pela nota realmente, que era que uma e outra bolsa que saia, nunca imaginei que ia ganhar uma bolsa” (Kelly).

A fala animada de Kelly pela conquista de uma vaga na faculdade com bolsa integral do PROUNI é emblemática no que se refere ao significado de conseguir fazer um curso superior, mas também evidencia a falta de conhecimentos acerca do mesmo, pois ela achava que seria uma escolha aleatória do Programa e não pela nota obtida no ENEM. Solicitei a Kelly para que ela falasse mais sobre a escolha do curso de Pedagogia, qual era a sua preferência, e também sobre a sua experiência na faculdade. Kelly, falando da escolha do curso, expressou que

“Eu fui até a coordenação do ProJovem Urbano e lá com a ajuda de alguns professores e da equipe eu escolhi o curso. Até não queria, como falei, Pedagogia, eu queria Nutrição, queria área da saúde, vendo hoje eu não teria estomago pra área da saúde (risos). Então meio contra vontade botei duas (opções) de Pedagogia e uma de Nutrição e fui sorteada para uma vaga de Pedagogia e hoje eu me vejo na área da Pedagogia e não na área da saúde (...) e foi exatamente quando comecei a lidar com as crianças, por ter conseguido estágios, eu trabalhei numa escola, foi um ano e seis meses trabalhando com crianças (...) não me vejo mais na área da saúde, me vejo sim no ser humano, no contato, ensinar foi mágico, de uma hora para outra tudo aconteceu passo a passo numa sequencia” (Kelly).

A escolha de Kelly pela faculdade de Pedagogia estava relacionada à sua pontuação do ENEM e não à sua preferência pela área de conhecimento, pois antes tinha ressalvas com a educação. Depois de ter ingressado no curso e de ter realizado estágios numa escola, ocorreu uma mudança de perspectiva, ou seja: hoje ela não se vê mais na área da saúde, mas, sim, na Educação, e destaca que a experiência de ensinar foi mágica. Mesmo tendo o curso trancado, Kelly fala com entusiasmo em concluir o curso de Pedagogia e trabalhar como professora.

Perguntei ao João se com as notas do Enem ele havia-se inscrito no Ensino Superior com bolsa do ProUni. João respondeu que sim, mas que não pôde fazer o curso. Segundo ele:

Pesquisa em Foco, São Luís, vol. 21, n. 2, p. 41-60. 2016. ISSN: 2176-0136.

“Sim, com as notas eu fui selecionado para cursar faculdade de (Administração) numa outra cidade e daí complicou porque a distância era muito longe (...) daí ficou meio complicado, não tinha carro e era complicado ir a faculdade, daí não consegui estudar (breve silêncio) e eu não ia pagar nada” (João).

João conseguiu uma vaga com bolsa do PROUNI para fazer a faculdade de Administração numa cidade afastada de São Leopoldo. A conquista da vaga no curso de graduação, com bolsa integral do ProUni, representou uma conquista para João. Contudo, ele não pôde fazer o curso em função da distância entre as cidades. Com base em sua resposta, indaguei quais eram as suas expectativas em relação aos seus estudos. Em suas palavras:

“Eu até pouco tempo tinha comentado com a minha esposa, bah eu quero e estou com vontade de estudar, sabe aquela vontade de estudar? Saudades de estudar, acho que vou fazer o Enem e tentar uma bolsa para uma faculdade aqui mais perto (...) olha eu não fiz este ano porque foi falta de fazer a inscrição, mas vou fazer de novo pra ver seu consigo uma faculdade aqui perto, aí eu vou estudar sim” (João).

A alegria e a surpresa com a conquista da bolsa do ProUni foram marcantes para a vida de Paulo e significou não só uma conquista pessoal e profissional, mas também uma conquista familiar por ser o primeiro membro da família a ingressar numa faculdade. Essa é uma realidade ainda presente em muitas famílias brasileiras. Essa conquista, o ingresso no Ensino Superior, foi fundamental para a construção de novos projetos de vida para Paulo. Mas, além disso, Paulo enfrentou novos desafios para continuar seus estudos. Uma das dificuldades se aproxima da experiência vivenciada e relatada anteriormente por João, ou seja: o deslocamento entre cidades.

CONCLUSÃO

A análise das entrevistas realizadas com Paulo, Kelly e João nos permitiu construir uma síntese dos sentidos e significados que esses três jovens atribuíram às suas experiências como beneficiários de Políticas Públicas destinadas à escolarização da população jovem de nosso país. Como um dos sentidos atribuídos pelos jovens, destacamos que a conclusão do ProJovem Urbano teve um caráter pragmático, ou seja: a certificação do Ensino Fundamental, juntamente com o Certificado de Qualificação Profissional Inicial, pois oportunizou a conquista de um emprego melhor.

Pesquisa em Foco, São Luís, vol. 21, n. 2, p. 41-60. 2016. ISSN: 2176-0136.

A experiência por eles vivenciada contribuiu para a afirmação da autoestima, da valorização pessoal e, ainda, para o sentimento de orgulho pelas conquistas por mérito pessoal. As experiências por eles vivenciadas se constituíram num grande aprendizado que levarão consigo para toda a vida. E, ainda, lembram que os programas dos quais eles foram beneficiários representa ações positivas do Estado para a população jovem, especialmente para a juventude que se encontra fora dos bancos escolares, não só da Educação Básica, mas, também, da Educação Superior.

Ao pesquisarmos a experiência de sucesso escolar de jovens egressos do ProJovem Urbano, procuramos articular o Programa com outras Políticas Públicas, em especial a Política de elevação da escolaridade, a Política de avaliação educacional e a política para a juventude brasileira. ProJovem Urbano, ENEM e PROUNI, no âmbito dos limites políticos e culturais analisados. São programas com objetivos específicos, mas que convergem quanto a sua finalidade, ou seja: a elevação e acesso à Educação (superior) da juventude brasileira.

REFERÊNCIAS

ABAD, Miguel. Las políticas de juventud desde la perspectiva de la relacion entre convivencia, ciudadanía y nueva condicion juvenil. Última década, nº16, CIDPA, Viña Del Mar, pp. 117-152, marzo, 2002.

AZEVEDO, Janete Maria Lins. A educação como política pública. Campinas: autores Associados, 1997.

BALL, Stephen J. Cidadania global, consumo e política educacional. In: SILVA, Luiz Heron da, (org). A Escola cidadã no contexto da globalização. Petrópolis: Vozes, 3 ed. 1999.

_____. Sociologia das políticas educacionais e pesquisa crítico-social: uma revisão pessoal das políticas educacionais e da pesquisa em política educacional. In: BALL, Stephen J.; MAINARDES, Jefferson. Políticas Educacionais: questões e dilemas. São Paulo: Cortes, 2011.

BARDIN, Laurence. Análise do conteúdo. Lisboa: Edições 70. 1977.

BARROSO, João. O Estado, a educação e a regulação das políticas públicas. Educação Sociedade: Campinas, vol. 26, n. 92, p. 725-751, Especial - Out. 2005.

_____. O Estado e a Educação: regulação transnacional, a regulação nacional e a regulação local. In: BARROSO, João (org.) A regulação das políticas públicas de educação. Espaços, dinâmicas e atores. Coimbra: Educa, 2006.

Pesquisa em Foco, São Luís, vol. 21, n. 2, p. 41-60. 2016. ISSN: 2176-0136.

BONAMINO, Alicia, FRANCO, Creso. Avaliação e política educacional: o processo de institucionalização do Saeb. Caderno de pesquisas, PUC/RJ, n. 108, p. 101-132, novembro, 1999.

BRASIL. Projeto Pedagógico Integrado do ProJovem Urbano. Brasília: Presidência da República; Secretaria-Geral da Presidência da República; Secretaria Nacional de Juventude; Programa Nacional de Inclusão de Jovens - ProJovem Urbano, 2008.

_____. Constituição da República Federativa do Brasil, 1988. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

_____. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB. Lei nº. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Brasília, 1996.

_____. Secretaria-geral da Presidência da República. Secretaria Nacional da Juventude. Caderno Temático: Desempenho e Proficiência dos alunos do ProJovem Urbano: Brasília: Secretaria Nacional da Juventude, 2010.

BOBBIO, Norberto. Estado, governo, sociedade: por uma teoria geral da política. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

CASTRO, Jorge Abrahão de; AQUINO, Luseni (Org). Juventude e Políticas Sociais no Brasil. Brasília: Instituto de pesquisa Econômica Aplicada-IPEA, 2008.

CASTRO, Maria Helena Guimarães de. A educação para o século XXI: o desafio da qualidade e da equidade. Brasília: INEP, 1999.

FREITAS, Helena Costa Lopes de. A (nova) política de formação de professores: a prioridade postergada. Educação & Sociedade, Campinas, vol. 28, n. 100, p. 1203-1230, out. 2007.

HABERMAS, Jurgen. Direito e democracia: entre a facticidade e validade. Volume I. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1997.

LANZONI, Sandra et al (ORG). ProJovem Urbano de São Leopoldo: trajetória e práticas pedagógicas. Canoas: Ed. Do Autor, 2012.

OLIVEIRA, Dalila Andrade. Regulação das políticas educacionais na América Latina e suas consequências para os trabalhadores docentes. Educação & Sociedade, vol. 26, n. 92, p. 753-775, outubro, 2005.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Pela mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade. São Paulo: Cortez, 7 ed. 2000.

_____. Para além do Pensamento Abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes. In: SANTOS, Boaventura de Souza; MENESES, Maria Paula (org). Epistemologias do Sul. Coimbra: CES, Almedina, 2009.

Pesquisa em Foco, São Luís, vol. 21, n. 2, p. 41-60. 2016. ISSN: 2176-0136.

_____ Reconhecer para libertar: os caminhos do cosmopolitanismo multicultural. Introdução: para ampliar o cânone do reconhecimento, da diferença e da igualdade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

TELLES, Vera da Silva. Questão social: afinal, do que se trata? Revista SÃO PAULO EM PERSPECTIVA, 10(4), 1996.

TEODORO, Antônio. A educação em tempos de globalização: os novos modelos de regulação das políticas educacionais. Brasília: Liber Livros, 2011.

UNESCO. Alfabetização de jovens e adultos no Brasil: lições da prática. Brasília: Unesco, 2008.